

## A justificação do tiranicídio na *Écloga Gérion* de Lucas Pereira

JOSÉ SÍLVIO MOREIRA FERNANDES

*Centro de Línguas e Culturas (UA) e Universidade da Madeira*

**Abstract:** Lucas Pereira has written a dramatic eclogue to be performed in the ceremony of the closing of the school year in the College of Coimbra in 1612. The chosen topic was Hercules's tenth labour against Gerion, the three-faced monster which was traditionally situated in the southwest of the Iberian Peninsula. In this adaptation of the myth, the author has centred Hercules's tyrannicide, who defeats his opponent in a single combat which took place on a hill near Coimbra, in Lusitania. We seek to show that one of the play's intentions lies in the presentation of a theory of legitimization of the tyrannicide perpetrated against the oppressive tyrant whose threefold appearance could stand for the enemies of Portugal at the beginning of the 17<sup>th</sup> century: lions (Castile), leopards (England) and Pygmies (internal allies of the Iberian Union).

**Keywords:** tyrannicide; Lucas Pereira; Hercules; Gerion; Lusitania; Neo-Latin theatre; Dramatic eclogue, Jesuits.

O apreciável conspecto teórico sobre a temática do tiranicídio, produzido desde a Antiguidade até à querela reformista, foi retomado e reapreciado à luz dos condicionalismos que marcaram a transição entre os sécs. XVI e XVII<sup>1</sup>. A razão pela qual esta matéria voltou a ganhar interesse, com consequências pertinazes para as populações e homens de responsabilidade civil e religiosa, deveu-se a acontecimentos que causaram interpretações várias, muitas das quais construídas com o intuito de

---

Texto recebido em 24.10.2007 e aceite em 15.01.2008.

<sup>1</sup> Para estudo sobre a evolução desta temática no pensamento político ocidental até ao séc. XVII, vd., nomeadamente, Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide de l'Antiquité à nos jours* (Paris 2001) caps. 1-23; Manfredi Piccolomini, *The Brutus Revival. Parricide and Tyrannicide During the Renaissance* (Carbondale 1991); Alfred Coville, Jean Petit, *La question du tyrannicide au commencement du XVe siècle* (Paris 1932, reimp. Genève 1974); Harro Höpfl, *Jesuit Political Thought. The Society of Jesus and the State, c. 1540-1630* (Cambridge 2004) 314-338; e Cary J. Nederman, "A Duty to Kill: John of Salisbury's Theory of Tyrannicide": *Review of Politics*, 50.3 (1988) 365-389.

Ágora. Estudos Clássicos em Debate 10 (2008) 97-128 — ISSN: 0874-5498

alimentar ódios entre reformistas e contra-reformistas, entre hispanistas e anti-hispanistas e, inevitavelmente, entre os Jesuítas e seus opositores.

Se remontarmos ao tempo das guerras de religião que marcaram a segunda metade do séc. XVI e que produziram eventos lamentáveis como a matança na noite de São Bartolomeu<sup>2</sup>, verificaremos que, no caso dos Jesuítas, se assistiu ao desenvolvimento de concepções contrárias à tirania no campo da filosofia política. Algum desse esforço teórico acabou por ficar sedimentado na teoria do regicídio e do tiranicídio de raiz católica, que atribuía ao povo o direito de fazer depender de si a soberania<sup>3</sup>.

Por outro lado, autores como Junius Brutus, François Hotman e Teodoro de Beza, habitualmente apelidados de *monarcómacos*<sup>4</sup>, combateram acerrimamente o corpo doutrinário absolutista de origem católica, defendendo a tese do contrato com o povo para legitimação do poder. Em circunstâncias extraordinárias, era considerada também a eliminação física ou a deposição do rei, como medida de prevenção da tirania.

No decorrer desta problemática, acabou por ser levantada contra os Jesuítas a suspeição de apoio a actos conducentes à prática do tiranicídio, especialmente depois de terem sido conduzidos para querelas de âmbito político e religioso relacionadas com o tipo de comprometimento que

---

<sup>2</sup> Em 24 de Agosto de 1572. Sobre esta questão no âmbito das guerras de religião, vd. Charlotte C. Wells, “The Language of Citizenship in the French Religious Wars”: *Sixteenth Century Journal*, 30.2 (1999) 441-456; e J. H. Burns (ed.), *The Cambridge History of Political Thought (1450-1700)*, (Cambridge 2006) 204-213.

<sup>3</sup> Cf. Jean-Marie Valentin, *Le théâtre des Jésuites dans les pays de langue allemande (1554-1680)*, tomo I (Bern, 1978): 151 ss.; e, em particular, 158: “Les théories jésuites ne séparent ainsi jamais l’aspect moral et religieux de l’aspect politique. Il est également remarquable, dans le même ordre d’idées, qu’aucun d’entre eux n’accepte la thèse d’une tyrannie éventuellement bénéfique. Pour tous, le tyran, en s’éloignant des notions de bien commun et de service, glisse vers la bestialité monstrueuse et la déformation idolâtre de la vie sociale.”

<sup>4</sup> Sobre os monarcómacos, vd. Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 418-442; L. Cabral de Moncada, *Filosofia do Direito e do Estado* (Coimbra 1995) 147: “Por um lado, os jesuítas, nas suas teorias ideológicas sobre a origem do poder, acharam-se muitas vezes a combater ao lado de protestantes e monarcómacos, chamando sobre si uma reputação de revolucionários e “republicanos” que lhes havia de ser funesta no século seguinte, na sua luta catastrófica contra a Monarquia absoluta e o iluminismo.”

mantinham com a Cúria Romana e com as monarquias que alinhavam com o campo contra-reformista.

Os Jesuítas estavam também expectantes quanto ao tipo de comportamento mais adequado aos tempos de crise com que se confrontavam, depois da publicação do *De rege*<sup>5</sup> do padre Juan de Mariana, onde o autor espanhol expressava posição favorável à legitimidade do regicídio<sup>6</sup>.

Para mais, no início do séc. XVII, a feroz oposição anglicana contra o clero católico e a congregação de ânimos anti-jesuítas, causada fundamentalmente por uma Europa que via na Companhia um instrumento ao serviço da monarquia hispânica e agravada com a convicção francesa a respeito da sua responsabilidade no assassinato de Henrique IV<sup>7</sup>, contribuía para alimentar a campanha de desacreditação dos Jesuítas<sup>8</sup>.

Os cerrados ataques da Inglaterra anglicana e dos estados protestantes conduziram à tomada de posição do Padre Aquaviva, Geral da Companhia, no sentido de fazer sair um decreto que proibia a produção de textos e obras cuja matéria versasse o regicídio ou demais assuntos correlacionados<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> *De rege et regis institutione*, Toleti, P. Rodericus, 1599.

<sup>6</sup> Mariana não deixa de ser elogioso para com o dominicano Jacques Clément, assassino do rei Henrique III, em 1589. Cf. Juan de Mariana, *De Rege*, Liv. I, cap. VI.; Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 473-480, e cit. p. 533 de R. Mousnier, *L'assassinat d'Henri IV* (Paris 1964) 212: "En somme, jamais les jésuites n'ont organisé un attentat contre Henri IV ni incité directement quelqu'un à le tuer."

<sup>7</sup> Em 14 de Maio de 1610. François de Ravailac justificou o seu acto com o pretexto de que o rei pretendia tomar armas contra o Papa. Cf. Harro Höpfl, *Jesuit Political Thought*: 322-327; Orest Ranum, "The French Ritual of Tyrannicide in the Late Sixteenth Century": *Sixteenth Century Journal*, 11.1. (1980) 63-82; e Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 519-523 e 533-543.

<sup>8</sup> Cf. André Stegmann, "La littérature politique européenne en latin (1580-1640): *Acta Conventus neo-latini Turonensis. Troisième Congrès internationale d'études néo-latines, 6-10 Sept. 1976*, ed. Jean-Claude Margolin (Paris 1980) 1024; id., *L'héroïsme cornélien, genèse et signification. Tome II: L'Europe intellectuelle et le théâtre 1580-1650, signification de l'héroïsme cornélien* (Paris 1968) 191.

<sup>9</sup> Decreto de 6 de Julho de 1610. Sobre a reacção jesuítica a Mariana, vd. Jean-Marie Valentin, *Le théâtre des Jésuites*: 152-153 e n. 91, para indicação dos autores e obras mais significativas surgidas no âmbito desta polémica: P. Coton,

A este esforço de combate à ligação dos Jesuítas a teorias políticas de defesa do regicídio e do tiranicídio juntaram-se os padres Louis Richeome e Pierre Cotton<sup>10</sup>, com a intenção clara de não só esclarecer e precisar a posição oficial sobre a matéria, como também de manter viva a capacidade responsiva contra os adversários protestantes que, embora soubessem da condenação a que a doutrina de Juan de Mariana tinha sido votada, insistiam na querela levantada pelo *De rege* para acicatar a animosidade anti-jesuíta<sup>11</sup>.

O corpo teórico defendido por Mariana é exemplificativo da reafirmação da tendência de justificação do tiranicídio consolidada na

---

*Lettre déclaratoire de la doctrine des Pères Jésuites, conforme aux décrets du Concile de Constance...* (Paris 1610); J. Gretser, *Basilikon Doron* (Ingolstadij 1610); J. Keller, *Tyrannicidium seu scitum Catholicorum de tyranni internecione adversus inimicas Calviniani Ministri calumnias in Societatem Jesu...* (Monachii 1611); e F. Bonald, *Réponse apologetique à l'Anticoton et à ceux de sa suite* (Pont-à-Mousson 1610).

<sup>10</sup> Confessor de Henrique IV. Na missiva endereçada a Maria de Médicis, *Lettre declaratoire de la doctrine des Peres Jesuites...* 1610), esforçou-se por demonstrar que os Jesuítas não eram favoráveis à defesa da legitimidade do tiranicídio e que não se devia confundir a doutrina de Juan de Mariana com o ideário da Companhia de Jesus. Reforçou os seus argumentos com as posições de reputados pensadores da Companhia (François Tolet, Belarmino, Molina, Richeome, Pineda, entre outros), não deixando, porém, de apontar o dedo aos instigadores reformistas pelo incremento dado ao debate sobre a legitimidade do tiranicídio. No desenvolvimento da polémica surgiram os denominados “Anticotons”, um conjunto de textos acusatórios contra a teia argumentativa do jesuíta francês. Cf. nota anterior e Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 538-539.

<sup>11</sup> Cf. *ibid.* 507-508, cit. de Sarpi, *Lettere ai Gallicani* (1610) 85: “Je n’oserais pas croire que les Jésuites ou les Romains aient été les auteurs du meurtre du roi, surtout parce que l’ont dit que le sicaire était sujet à des hallucinations (*melancholia*); mais ils [les Jésuites] ne peuvent pas nier que ce massacre est sorti de cette doctrine dont ils ont été eux-mêmes inventeurs et qu’ils défendent par leurs écrits e par leurs censures... Surtout j’aimerais que les théologiens écrivent contre cette doctrine abominable (*nepharia*)... peste des républiques”; 87: “La curie romaine ne condamnera jamais la doctrine des Jésuites (...) Quant aux Jésuites, l’un d’eux a dit justement: le jésuite est n’importe quel homme; ont le tient pour un caméléon” e 90: “J’affirme que ce qu’ils enseignent touchant le régicide est le plus dangereux des dogmes; il en résulte la subversion de la chose publique. Mais ce qui est encore plus dangereux, c’est qu’ils enseignent qu’il est permit et que ce n’est pas un péché d’utiliser les équivoques des mots e la réserve mentale (*mentali reservatione*), doctrine par laquelle on détruit toute relation humaine; ainsi l’art de tromper se place au niveau de la vertu. J’oserais dire que cette doctrine est encore pire que celle qui apprend à tuer les rois.”

teoria política ocidental praticamente desde Cícero<sup>12</sup>, só que tornada pública em momento pouco conveniente para os Jesuítas, doravante cada vez mais marcados pelo anátema de serem defensores de regicidas, para óbvio desagrado das cúpulas da própria Ordem e da Igreja.

Embora não seja de menosprezar a importância do trabalho do teórico espanhol, pela sua vinculação a uma corrente de pensamento político de raiz ciceroniana, mas de oposição firme a Maquiavel e seus simpatizantes, além da tradicional animadversão aos protestantes, devemos, todavia, considerar que a divulgação das suas posições veio alimentar a já delicada posição dos Jesuítas face às transformações políticas e religiosas da época e das décadas seguintes.

Parece, por isso, pertinente usar a temática do tiranicídio como vector principal de interpretação de uma peça do repertório do teatro neolatino dos jesuítas portugueses que apresenta a reescrita da fábula mitológica do décimo trabalho de Hércules contra Gérion<sup>13</sup>, o monstro triforme que ocupara e tiranizara a Hespéria e a Lusitânia<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Cf. *ibid.* 153-160; e Manfredi Piccolomini, *The Brutus Revival*: 20-21, 24-25, 38-39, 64-67, 75-79, 90-92 e 123-124; e Robert S. Miola, “Julius Caesar and the Tyrannicide Debate”: *Renaissance Quarterly*, 38.2. (1985) 271-289.

<sup>13</sup> A tradição literária (Apolodoro, Diodoro, Higino, a *Tabula Albana*, Ausónio e Planudes, entre outros) é praticamente unânime em considerar como décimo trabalho de Hércules a luta contra o tricéfalo Gérion. Cf. F. Bader, “Sémiologie des Travaux d'Héraclès”: *Visages du destin dans les Mythologies* (Paris 1983) 55-67; e Colette Jourdain-Annequin, *Héraclès aux portes du soir* (Paris 1989) 13, com remissão para a tabela do *dodekathlos* na tradição literária: O. Gruppe, s. v. “Herakles”, *RE*, cols. 1021-1022, que, no elenco de fontes (Apolodoro, Diodoro, Higino, *Tabula Albana*, Ausónio, Sérvio e Planudes), regista a divergência em Sérvio (*comm. Aen.* VIII, 299), em que aparece como sendo o nono trabalho por troca com as Hespérides. As referências ao texto da écloga *Gérion* são retiradas da edição que preparamos para integrar a dissertação de doutoramento *Mito-ideologia e Relação de Poderes. A Écloga Geryon do Pe. Lucas Pereira* (Universidade da Madeira 2006).

<sup>14</sup> *Ger.* 10-14. A écloga é parca em relação à delimitação do território exterior à Lusitânia, embora, em termos genéricos, o próprio Gérion refira que ocupou os reinos da Hespéria, passando sucessivamente da zona do Guadalquivir para o Tejo e, por fim, para o Mondego (*Ger.* 169-179). O autor quis registar as duas realidades geopolíticas de forma autónoma, embora a Hespéria adquira um sentido pouco claro. Gérion aparece designado como o pastor da Hespéria e como o tirano da Lusitânia, onde estabelece morada por ser o seu território preferido. Cf. *Ger.* 187-188: *Haec regna uicto sola de mundo placent / Haec me superbo culmine felicem beant.*

O nosso objectivo reside fundamentalmente em descobrir informação que nos possa levar a formular, de maneira estruturada, uma explicação para a defesa do tiranicídio no âmbito da reescrita da fábula mítica, como expressão de um certo entendimento acerca da inserção daquele tópico no debate teórico da época.

O mito de Hércules, considerado na sua dupla função cultural e soteriológica, pode, na realidade, ser analisado do ponto de vista da actualização da tradição mitográfica em contexto histórico, na qual têm particular acuidade a problemática religiosa reformista e contra-reformista, não se evitando a relação entre a legitimação do regicídio e do tiranicídio e as práticas políticas, teóricas e religiosas dos Jesuítas.

Podemos questionar se a *Écloga Gérion*<sup>15</sup> estaria limitada pela já referida proibição acerca de textos que versassem matéria sobre o tiranicídio. Como a écloga foi representada e integrada no vasto repertório manuscrito que chegou até nós, parece que passou incólume à polémica. Podia haver a atenuante de se estar em presença de uma representação académica, de objectivo meramente científico-pedagógico. Por pior que Gérion fosse, por melhor e mais libertador que fosse Hércules, havia o risco efectivo de, em algumas mentes dos espectadores, acontecer a inevitável associação com aquele impedimento ou com outro tipo de referências que inquietavam todos quantos levavam a sério a condução dos destinos dos povos europeus.

Neste contexto, a alegoria da Tirania, personagem enigmática que abre o Prólogo, expressando-se em inglês num curto diálogo com o Mondego<sup>16</sup>, simbolizando a Lusitânia oprimida por Gérion, contém os ingredientes necessários para despertar as mais variadas interpretações. Claude-Henri Frèches acredita tratar-se de um expediente para iludir os

---

<sup>15</sup> UCBG, Ms. 994, *Rerum Scholasticarum, quae a Patribus huius Conimbricensis Collegii Scriptae Sunt. Tomus quintus*, com a designação “*Ecloga quae inscribitur Geryon. Data est Conimbricae in publica praemiorum celebritate. Anno Domini 1612*” (fls. 74-91v.).

<sup>16</sup> *Ger.* 1-40.

Castelhanos que estariam a assistir à representação<sup>17</sup>. Podemos sempre argumentar que tudo estava confinado ao ambiente restrito do colégio de Coimbra, sem grandes hipóteses de repercussão internacional. Todavia, Coimbra era também um foco de divulgação cultural. Tudo o que os Jesuítas faziam podia afinal concitar a atenção dos seus inimigos. Uma qualquer alusão, por mais inocente que fosse, podia ter consequências imprevisíveis.

No entanto, a interpretação que Claude-Henri Frèches faz a respeito desta peça parece-nos poder aproximar-se da realidade<sup>18</sup>. Os Jesuítas e Lucas Pereira<sup>19</sup> quiseram marcar uma posição, representando o espectro sociopolítico e religioso da época, em cenário marcadamente bucólico, com evidente feição autonomista e nacionalista<sup>20</sup>, sem excluir a ligação ao mito sebastianista<sup>21</sup>. A intenção nacionalista foi também identificada pelo estudioso francês<sup>22</sup>, que afirma ter Lucas Pereira ido beber à *Monarquia Lusitana* de Bernardo de Brito a ideia das transposições mitológicas presentes na sua peça<sup>23</sup>.

---

<sup>17</sup> *Le théâtre néo-latin au Portugal (1550-1745)*, (Paris-Lisboa 1964): 456 e nota 13.

<sup>18</sup> *Ibid.* 455-458.

<sup>19</sup> Nasceu em Viana do Alentejo, em 1580. Aos dezassete anos, entrou para a Companhia de Jesus, tendo posteriormente desempenhado as funções de professor de Humanidades e de Padre Assistente do Colégio. Cf. *ibid.*: 447 e n. 1, com remissão para Arch. S. J. Lus. 44 f. 311, catal. de 1614.

<sup>20</sup> Sobre a literatura autonomista, vd. Hernâni Cidade, *A literatura autonomista sob os Filipes* (Lisboa s/d.). Entre finais do séc. XVI e princípio da centúria seguinte, o pastoralismo português apresenta também tendências autonomistas em obras como a *Côrte na Aldeia* de Rodrigues, as *Saudades da Terra* de Frei Gaspar Frutuoso e a *Lusitânia Transformada* de Fernão Álvares do Oriente. Cf. Fernando Gil e Helder Macedo, *Viagens do Olhar, Retrospecção, Visão e Profecia no Renascimento Português* (Porto 1998) 395-405.

<sup>21</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Volume I (Coimbra 1981): 242, n. 1; Claude-Henri Frèches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 457; e J. Lúcio de Azevedo, *A evolução do Sebastianismo* (Lisboa 1984) *passim*.

<sup>22</sup> Claude-Henri Frèches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 455-458.

<sup>23</sup> *Ibid.* 455, n. 10. Sobre o mito de Hércules na *Monarquia Lusitana*, vd. nosso artigo “Estrutura e função do mito de Hércules na *Monarquia Lusitana* de Bernardo de Brito”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 9 (2007) 119-150.

Por se tratar de um assunto em que a tematização da tirania e do tiranicídio enforma a fábula dramática e, sobretudo, por estarmos em presença de um texto que foi representado em data próxima das querelas acerca do regicídio e do tiranicídio que incendiavam os ânimos de muitos pensadores, religiosos e políticos europeus, consideramos que a *Écloga Gérion* constitui um valioso documento de época, na medida em que pode inscrever uma posição, em campo literário, sobre aquelas polémicas.

As personagens alegóricas do Prólogo, até pela sua própria natureza, não resolvem por inteiro a problemática sobre quem representa, por exemplo, a Tirania. O diálogo que mantém com o Mondego apenas esclarece a condição do oprimido, com a intenção clara de sensibilizar os destinatários quanto ao apoio que deverão dar a Hércules e ao seu propósito.

Reside nesse entendimento o elo que associa a criação das alegorias iniciais (Tirania e Mondego) com o processo de justificação do tiranicídio, criando as condições psicológicas junto dos espectadores para a aceitação de uma solução justa e adequada à realidade. No entanto, como já foi referido, o início da écloga está imbuído de uma ambiguidade difícil de ser esclarecida. A Tirania será uma alegoria religiosa e política relacionada com o império inglês e com uma potencial ameaça anglicana?<sup>24</sup> Será tão-só uma forma subreptícia de esconder uma outra intenção, como, por exemplo, a ameaça interna dos aliados da União Ibérica? Será ainda a própria rejeição dessa União?

A resposta a qualquer destas perguntas não inviabiliza nem torna incoerente qualquer relação com o tema do tiranicídio. Há, nas respostas àquelas questões, um denominador comum: a ameaça violenta constrói um imaginário de libertação associado a um herói fabuloso e a libertação

---

<sup>24</sup> Em Portugal, a influência protestante não teve expressão assinalável. Cf. Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*: 66 e 197. É de salientar, porém, que, por acção da oratória de cariz contra-reformista contra os herejes protestantes, D. António, Prior do Crato, viu frustrada, em 1589, a esperada adesão popular à sua causa, quando os ingleses atacaram a costa portuguesa e cercaram a cidade de Lisboa. Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil* (Lisboa 1994) 21; e João Francisco Marques, *A parenética e a dominação filipina* (Lisboa 1986) 103.



que é hiperbolizada por causa da crueldade do tirano cria uma compensação que conduz à justificação do tiranicídio.

Deste ponto de vista, o Prólogo conglomera a força reguladora do evento, conduzindo ao esgotamento temático e à quase total apresentação das razões que legitimam o tiranicídio, com o anúncio da chegada de Hércules libertador que matará o tirano, deixando descansados os destinatários quanto à essência do conflito. Mantêm-se, porém, néscios quanto ao prolongamento das práticas governativas de Gérion; às condições em que chegará Hércules; à resistência que Gérion oporá ao invasor dos seus territórios; e, finalmente, ao evento bélico entre os heróis.

A evolução da acção acaba por preencher o vazio temático necessário à consumação do eixo tirania/tiranicídio, basicamente resolvido na coincidência entre a estrutura externa e a evolução coerente da acção: exercício do poder de Gérion (Acto I); chegada de Hércules e correspondente criação das condições para o ataque a Gérion (Acto II); e luta decisiva e respectiva celebração da vitória (Acto III). Os elementos da codificação literária do tiranicídio e da sua justificação vão surgindo neste mecanismo de compensação do aludido esgotamento temático.

O desenvolvimento desta ordem de eventos, embora seja focalizado em temas e motivos mitológicos, devido à óbvia natureza das personagens que participam na resolução do conflito, tem também a importante função de remeter alusivamente para o mundo dos pastores como repercussão, na lógica legitimadora do tiranicídio, da luta de poderes pela posse do território (Lusitânia/Portugal). São eles as princi-pais vítimas que Mondego enumera, quando fala com a Tirania. É significativa esta aproximação entre os destinatários lusitanos do poder de Gérion (o pastor da Hespéria)<sup>25</sup> e a Tirania que o simboliza.

A intencionalidade nacionalista, ilusoriamente explicada, carece apenas de uma interpretação que a integre no conjunto de elementos que concorrem para a ligação ao quadro teórico político que a enforma.

---

<sup>25</sup> Ger. 588.

A écloga documentaria, deste modo, a resistência dos Jesuítas portugueses à União Ibérica<sup>26</sup>, apresentando, na fábula da morte do tirano, a representação do desejo de libertação de um povo oprimido por uma potência exterior<sup>27</sup> e, no limite, a adopção da corrente de opinião política que validava a legitimidade do tiranicídio como opção prática de acção política.

Nesse contexto, o monstro triforme que invade a Lusitânia está simbolicamente associado a sentidos que correspondem a ameaças equivalentes que os Portugueses entenderiam como alertas para a situação interna e para a ligação dessa situação a factores externos de extrema importância. É disso exemplo a batalha entre Hércules e um exército de Pigmeus<sup>28</sup>, cuja simbologia poderia, segundo Frèches, estar hipotética-

---

<sup>26</sup> A écloga, enquanto género menor, podia inculcar a insinuação política. Cf. Claude-Henri Frèches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 174; 250-252 (*Polychronius* do Pe. Luís da Cruz); 456-457 (*Geryon* de Lucas Pereira); 476 (*David Pastor* do Pe. Domingos Teixeira); 491-493 (*Eustachius Venator, Dux Brigantinus* do Pe. André Fernandes); e 495-496.

<sup>27</sup> Cf. António Oliveira, *Poder e Oposição política em Portugal no período filipino* (Lisboa 1991) 26: “A oposição popular ao regime foi uma constante ao longo da união a Castela, com períodos de remissão e de exacerbamento. Um destes, por exemplo, encontramos-lo por volta de 1610-1612, o que pode dar verosimilhança à afirmação de que se havia tentado (em 1614) um movimento de independência junto do duque de Bragança D. Teodósio, o qual, segundo a opinião pública, se teria mostrado timorato.”; 50: “Em Portugal a crise estava bem expressa, por volta de 1612-1613, nos escritos de intervenção pública, alicerçando, como em Castela, a ideia 'de que tudo se ia acabando' e a necessidade de restaurar Portugal, 'restituindo-o à forma e estado que perdeu ou de que se afastou.’”; e 102: “É nesta linha de subordinação que, nos inícios do séc. XVII, se explicita que 'para bom governo político não convém muito que a gente do povo esteja muito rica mas antes pobre, como se tem experimentado muitas vezes nos anos de abundância. (...) Conservar o povo pobre — a miséria é uma das representações do povo — era então conveniente para os lavradores e para o poder político. O tributo era, com efeito, dentro de um esquema medieval, um freio do povo, um modo de o tornar obediente, 'ficando o príncipe mais poderoso para corrigi-lo sacando dele força contra a sua própria liberdade.’” Para desenvolvimento deste assunto, vd. *ibid.* cap. I, 2. 2. e 4.; cap. II, 1.; 2. 5. e 3. 1.; e cap. III, 1. 1. e 3. 2.

<sup>28</sup> O episódio dos Pigmeus que atacam Hércules, quando este se encontra em repouso após a chegada ao litoral da Lusitânia, ocupa as cenas V e VI do Acto II. Trata-se de uma temática de tradição tardia, reportada por Filostrato (*Iun. Imag.*, 2. 22). Jean-Pierre Cèbe considera ter sido helenística a elaboração dos protótipos das representações dos Pigmeus que chegaram à Península Itálica, onde as exibições

mente associada à encarnação de D. Sebastião e aos partidários de Castela<sup>29</sup>.

Embora, numa primeira análise, nos parecesse demasiado arrojada, tal hipótese começou a ganhar consistência quando pensámos que podia integrar a simbologia triforme de Gérion, na interpretação do vector “tirania/tiranicídio”, uma vez que se juntaria aos leões e aos leopardos, referidos pela personagem Tirania no diálogo prologal com o Mondego. A expressão “With lions [and] leopards my hand did fight”<sup>30</sup> é passível de ser interpretada no contexto das tensões entre Castela e Inglaterra, no quadro das relações de poder determinadas pela situação geopolítica e religiosa da Península Ibérica<sup>31</sup>.

---

públicas de anões eram bastante admiradas, particularmente a partir dos últimos decénios da República. Cf. Jean-Pierre Cèbe, *La caricature et la Parodie dans le monde romain antique des origines à Juvénal* (Paris 1966) 345-346); e Claude-Henri Frèches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 451 e nota 8: “Le Baroque a remis à la mode les scènes nilotiques”.

<sup>29</sup> Para interpretação no âmbito da écloga de Lucas Pereira, sobretudo na hipótese de associação entre Hércules, libertando-se dos Pigmeus, ao sebastianismo que ganhava então algum relevo na sociedade portuguesa, vd. Claude-Henri Frèches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 457

<sup>30</sup> *Ger.*, 9. O leopardo, como símbolo de ferocidade é o emblema tradicional da Inglaterra. Cf. Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles* (Paris 1982) 564; e Francisco Rodrigues Lobo, *Côrte na Aldeia*: Diálogo 2.º: “Armas de el-Rei de Inglaterra, três Leopardos de ouro em campo vermelho: pôsto que dantes tinha el-Rei Artur por Armas, três Coroas de ouro em campo azul. Armas de el-Rei de Espanha, os Castelos e Leões, tam conhecidos no mundo”. Sobre a simbologia imperial do leão nas divisas de Carlos V, vd. Lara Vilà I Tomàs, *Épica e imperio. Imitación virgiliana y propaganda política en la épica española del siglo XVI* (Barcelona 2001) 229.

<sup>31</sup> Cf. João Francisco Marques, *A parenética e a dominação filipina*: 134, n. 96: “A propósito da identificação dos leões com os espanhóis cabe aqui recordar a resposta dada pelo bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, ao deixar o cargo de vice-rei de Portugal — que exerceu de 22-VII-1603 a 26-XII-1604 —, a Filipe III, dizendo-lhe ‘com apostolica liberdade, que governasse El Rey de Castella os seus Leoens, que elle queria apascentar as suas ovelhas’”; Claude-Henri Frèches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 476, que se afirma convencido da alusão ao domínio de Castela inserta na écloga dramática *David Pastor* (Coimbra, 1618), do Pe. Domingos Teixeira: “David est un libérateur; son combat contre Goliath, c’est la future lutte du petit Portugal contre Espagne géante. Il se peut que par ‘leones’, dans la réplique précédemment citée, on doive entendre les Espagnols: ‘Lions et ours d’ici ne troublent plus les monts ni les vallées, car David le Fort les tue’. Le lion, c’est donc - selon l’habituel calembour - le royaume de Léon, souvent en lutte avec le Portugal,

Admitimos que haja um propósito efectivo de transmitir uma mensagem associável à rebelião e à conjugação de esforços internos e externos contra um tirano sem poder legítimo<sup>32</sup>, demonstrando que a tirania, pelo menos quando exercida de forma cruel e despótica, sem respeito pelos súbditos, pode conduzir ao aparecimento de uma resposta violenta, levando à queda ou morte de quem a encabeça. Estaríamos, como é óbvio, a laborar no campo da criação de formas de imaginário com alusões fortes em representação dramática, cuja função seria a de despertar as mentes para realidades análogas, tidas como inscritas no universo mítico e como prováveis no registo histórico, sempre que se operassem os factores a que se alude.

Ao atribuir centralidade à tirania, colocando-a a abrir a peça e alegorizando-a com a repercussão à sua volta, tanto ao nível bucólico, como ao nível político, Lucas Pereira também torna central a correspondente

---

au cours des siècles.”; Padre António Vieira, *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, ed. José Van Den Basselaar (Lisboa 1983) 53: “*Leo rugit: quis non timebit?* ‘Quando bramir o Leão, quem não temerá?’ Responderão (e com razão) os nossos soldados, que não temerão aqueles que tantas vezes o têm vencido, que não temerá Portugal, que é o Sansão que tantas vezes o tem desqueixado; que não temerá Portugal, que é o Hércules que tantas vezes se tem vestido dos seus despojos; que não temerá Portugal que é o David que tantas vezes lhe tem tirado das garras os seus cordeiros.”

<sup>32</sup> Partindo da distinção bartoliana (Bartolus Saxoferratus, *De Tyranno*, caps. V-VI e VIII-IX) entre o tirano sem título legítimo (*tyrannus ex defectu tituli*) e o tirano déspota (*ab exercitio*), com repercussões na tratadística política posterior, incluindo pensadores jesuítas. Cf. Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 296-298 e 535-552; Guenter Lewy, “A Secret Papal Brief on Tyrannicide during the Counterreformation”: *Church History*, 26.4. (Dec. 1957) 320: “Outstanding figures like the Dominicans Cardinal Cajetan, Domingo de Soto, Domingo Bañez and the Jesuits Leonard Lessius, Cardinal Toledo, Gregorio de Valentia, Luis Molina maintained that the decree forbade the killing of legitimate kings, who had degenerated into tyranny, but did not prohibit the elimination of a *tyrannus absque titulo* (tyrant without title) who had seized power by force. The proposition that force could be met by force was considered an axiom of natural law; the killing of such a usurper was legitimate when no other means of freeing the commonwealth were available.”; e Martim de Albuquerque, *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio da História das Ideias Políticas* (Lisboa 1974) 116-118: “Enquanto Soto, Suárez, Molina e Mariana, embora em tom diverso, estão de acordo em aceitar o tiranicídio, e os teóricos portugueses do Renascimento admitem em geral as diversas formas de resistência, embora não sejam, via de regra, adeptos do tiranicídio...”

linha de justificação das acções violentas contra o tirano. A validação dos actos libertadores de Hércules, referenciada no início da écloga, é confirmada no corpo do texto. Apresenta-se, desde logo, a estrutura argumentativa que fundamenta a construção da imagem do Hércules tiranicida. Tal imagem, muito ligada ao perfil de herói civilizador e matador de monstros<sup>33</sup>, remete para a recuperação do mito fundacional, adaptado à situação geopolítica concreta de restauração de um trono usurpado. Reforça-se, deste modo, a ideia de que a construção, em ambiente académico, da representação literária do tiranicida está fortemente carregada de simbolismo político e civilizacional, em tudo o que os conceitos encerram de especificidades associadas à memória colectiva, aos sistemas de significação sedimentados na história dos povos, bem como à função instrumental, técnica e estética das línguas<sup>34</sup> usadas para promover, enquadrar e realizar o quadro de representação desta alegoria restauracionista.

Queríamos, porém, alargar a ambiguidade alegórica a todo o discurso sem, todavia, a resolver com os meios de análise disponíveis, deixando em aberto as vertentes em jogo no universo de decifração das intencionalidades e retomando o texto enquanto força geradora de sentidos, enquanto conjunto de planos estéticos e, fundamentalmente, enquanto construção de tópicos de fruição artística que valorize o gosto pelo maravilhoso, pelo espectáculo trágico, onde duas forças ingentes do passado mítico surgem para reviver e resolver uma questão premente relacionada com um momento tido como importante no processo de construção das sociedades, das civilizações e da organização dos povos com vista à sua autonomia.

Não descartamos igualmente a interpretação do texto, enquanto chamada de atenção para realidades de época, restauracionistas ou não, conforme se queira atender à hipotética aceitação de um entendimento de

---

<sup>33</sup> Cf. Mark W. Padilla, *The Myths of Herakles in Ancient Greece* (Lanham-New York-Oxford 1998) 20-22.

<sup>34</sup> Embora a quase totalidade da écloga esteja escrita em latim, faz-se uso do inglês para a personagem Tirania e do português para os cantos dos pastores e dos cativos.

acerto com os opositores a Castela, ou, se se pretender uma visão mais integracionista no âmbito das escolhas geopolíticas, um aviso sério ao poderio do império britânico com as inevitáveis preocupações sobre uma tirania universal, com vincado cariz religioso, de que é reflexo, por exemplo, a cerimónia em que os sacerdotes de Marte impõem rituais que se relacionam com a força do tirano<sup>35</sup>. A facilidade de adesão a uma das versões, em particular a que deu ânimo a Frêches para construir a sua interpretação<sup>36</sup>, parte da suposição de que o facto de a representação ter ocorrido em solo nacional e alguns Jesuítas se terem manifestado contra a situação de união dinástica, justificava a atitude de levar à cena uma peça que simbolizasse uma tomada de posição sobre tal problemática<sup>37</sup>.

Ainda assim, depois de nos ter parecido adequada tal posição, um estudo mais aprofundado das estruturas da peça e dos sentidos que vai revelando acrescentou convicção favorável à posição inicial, embora não nos termos em que fora colocada por Frêches. Não nos parece ser muito persuasiva a já referida estratégia de iludir os Castelhanos que estariam a assistir à representação, pelo simples facto de que rapidamente seria denunciada pelo forte pendor lusitano da acção, do tempo, do espaço e das referências históricas centradas nos rios de Portugal e na cidade de Coimbra. A intenção pode encontrar-se na subtileza de juntar à hiperbolização dos valores pátrios a simbólica da tirania e da sua resolução. Não é o simples facto de ser “inglesa” a alegoria da Tirania que impede a focalização lusitana da acção, é sobretudo a forma como se vão disseminando tópicos, assuntos e temas nacionais ao longo da representação, com o intuito de legitimar o tiranicídio na imagem da morte de Gérion às mãos de Hércules.

---

<sup>35</sup> *Ger.* Cena XIII, do Acto I.

<sup>36</sup> Claude-Henri Frêches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 455-458.

<sup>37</sup> *Ibid.* 456: “Mais l’interêt de *Geryon* réside surtout dans l’audace du sujet: un tyran opprime un pays; un héros le libère. Or cette pièce a été jouée sous la domination espagnole. Elle implique la résistance des Jésuites portugais. On ne peut se tromper sur les intentions de l’auteur. En effet l’action se passe au Portugal, et plus spécialement dans la région de Lisbonne et de Coimbra. *Geryon*, le dominateur, a pour double la Tyrannie; sans doute écrase-t-il l’Espagne, mais, il le declare, une Espagne qui comprend le Portugal...”; e *Ger.* 10-14 e 169-179.

Uma vez que, como já referimos, este estudo visa delimitar o quadro interpretativo ao tema do tiranicídio e à sua explicação no processo dramático da *Écloga Gérion*, estabelecemos alguns critérios de análise que considerassem, por exemplo, a exploração cénica do momento e local de representação, no Prólogo, onde se explica a razão do evento (celebração académica), o motivo por que as pessoas deveriam estar felizes (representação da vitória de Hércules contra o tirano Gérion, opressor da Lusitânia); e a função dramática de estruturação dos itens que estabelecem a complexa argumentação conducente à legitimidade de tiranicídio. Verificámos que todos estes factores concorrem para a validação persuasiva dessa legitimidade, no sentido de, desde o primeiro momento, implicar espectadores e actores na vivência da liberdade conquistada.

Demarcaremos, por isso, a evolução do processo de tal justificação a partir da entrada da alegoria do Mondego como primeira manifestação da antecipação da chegada de Hércules libertador. Toda a sequência dramática vem confirmar esta antecipação, embora inserida na já citada dialéctica com o campo da tirania.

A partir do levantamento da função das personagens como adjuvantes do tirano (Gérion) ou do tiranicida (Hércules), mas classificadas segundo a sua tipologia (mitológicas, alegóricas, bucólicas/exóticas<sup>38</sup> e religiosas/administrativas), verificámos que a maioria está de acordo com a função do tiranicida:

**1. Alegóricas:** Tirania e Poder Régio (adjuvantes de Gérion); Labor, Honra, Torre de Hércules, Campo de Hércules, Propugnáculo, Mondego, Tejo, Douro, Minho, Alva, Guadiana, Zêzere, Monte Hermínio, Coro dos Rios, Coro dos Pastores e Coro dos Cativos (adjuvantes de Hércules);

---

<sup>38</sup> Não deixam de ser personagens com alguma feição bucólica, embora exótica.

**2. Bucólicas/exóticas:** Pigmeus (adjuvantes de Gérion)<sup>39</sup>; Palémon, Amintas, Córidon, Aléxis, Melibeu, Menalcas, Ardéolo e Jovens Camponeses (adjuvantes de Hércules);

**3. Religiosas/Administrativas:** Marte, Sacerdotes Sálíos, Coro dos Sálíos e Prefeitos (adjuvantes de Gérion); e Lictor (adjuvante de Hércules).

Deste ponto de vista, devemos ter em conta a análise das razões que levaram à escolha desta temática: o tiranicídio justificado a partir da criação predominante de significação alegórica, mitológica e bucólica, embora com menor expressão no campo religioso e administrativo. Para esta aparente contradição, concorre a desigualdade de condições no terreno relativamente às áreas de intervenção de cada um dos pólos beligerantes. Gérion tem uma estrutura administrativa e religiosa montada, com os prefeitos e sacerdotes de Marte a exercerem funções específicas nesse âmbito. Hércules, pelo contrário, quando chega à Lusitânia, apenas conta com o apoio de personagens que não podem usar aquele tipo de estruturas. Nem o campo de Hércules e o Mondego, nem as personagens bucólicas se encontram em condições de obsequiarem o herói com o apoio administrativo e institucional que é necessário para alcançar o objectivo de que vem investido. Apenas Lictor, já numa fase muito adiantada do processo, precisamente quando Hércules obtém vantagem sobre Gérion, aparece a exercer a função administrativa.

Passando para outro critério de análise, verifica-se que a concepção fortemente negativa da tirania ajuda a promover a justificação do tiranicídio, através da harmonização entre os níveis de predição (vaticínio prologal de Mondego<sup>40</sup>; hipótese de mudança apresentada por Campo de Hércules aos pastores<sup>41</sup>; anúncio da chegada de Hércules feita pelo Monte

---

<sup>39</sup> Apesar de não se nomear a ligação a Gérion, a interpretação que adoptámos vai no sentido de os considerar anexados ao campo semântico do tirano, uma vez que têm a função de criar um obstáculo a que Hércules ponha em prática a intenção de atacar Gérion.

<sup>40</sup> *Ger.* 25-34, 48-49, 60-63 e 67-70.

<sup>41</sup> *Ger.* 147-150.



Hermínio, repetindo-o a partir dos Faunos e de Nereu<sup>42</sup>; e demais subtilidades predivas, sobretudo ligadas ao campo bucólico, com os pastores e a natureza envolvente a interpretarem sinais de mudança<sup>43</sup>) e a ideia essencial de que o autor pretendia sobretudo induzir uma leitura de carácter político.

Para tal, será conveniente recordar o debate entre os prefeitos de Gérion sobre temática de filosofia política acerca da sustentabilidade do regime tirânico<sup>44</sup> e os diferentes tipos de produção de sentido sobre o tema da legitimidade do tiranicídio, tanto assumidos pelas personagens de função prediva (Mondego, Campo de Hércules e Monte Hermínio), como por personagens niveladas na base da pirâmide social, como os pastores (Palémon, Amintas, Aléxis, Córidon e Melibeu) e o vaqueiro Menalcas, com o seu pendor eminentemente subversivo, ao contestar os rituais instituídos pelo Sacerdote de Marte, no fim do Acto I.

No intervalo daquele espectro social, podemos colocar a função da personagem Labor, símbolo do trabalho académico, que surge para associar significativamente o duro trabalho de Hércules pelo bem comum à evolução dos regimes políticos, na suposição de que a tirania se encontra num estágio menos avançado do que a monarquia ou a democracia. A transformação esperada com a vinda de Hércules representa não só a associação com o labor estudantil e com a obtenção da liberdade com o advento da idade adulta e do usufruto do estudo<sup>45</sup>, como também a ideia de que se deve considerar o heroísmo mítico de Hércules como exemplo fundador de combatividade<sup>46</sup>, em favor da evolução do caos à ordem política, social e cultural. Ao estabelecer este tipo de analogia, o texto dramático instaura a ligação entre o objectivo pedagógico da representação e a aceitação de que o trabalho de Hércules pode ser entendido como uma etapa inevitável e necessária para o progresso do devir

---

<sup>42</sup> *Ger.* 279-288.

<sup>43</sup> Cf. Cenas X-XII do Acto II.

<sup>44</sup> *Ger.* 225-230.

<sup>45</sup> *Ger.* 75, 79-81 e 85-88.

<sup>46</sup> *Ger.* 90.

humano, tanto ao nível individual, como ao nível sociopolítico. Nesse sentido, a analogia manifesta-se perfeitamente eficaz como elemento justificativo do tiranicídio<sup>47</sup>.

De entre um assinalável conjunto de afirmações, comportamentos, atitudes, debates e imagens associados a Gérion, que têm o objectivo de provocar o ódio à sua forma de mandar e criar nos destinatários a adesão à justeza da acção tiranica de Hércules, há a salientar: a auto-proclamação arrogante de Gérion a respeito da sua vitória sobre os *regna Hesperiae*<sup>48</sup>; a opção pelo medo como estratégia de acção política<sup>49</sup>; a justificação da autoridade do rei<sup>50</sup>; o desprezo pelos sinais de descontentamento e de aviso dos súbditos<sup>51</sup>; o debate sobre a natureza política da governação e o exercício justo ou injusto do poder<sup>52</sup>; a imagem da Lusi-

---

<sup>47</sup> *Ger.* 78-80.

<sup>48</sup> *Ger.* 169-179.

<sup>49</sup> *Ger.* 195-204.

<sup>50</sup> *Ger.* 225-232.

<sup>51</sup> *Ger.* 203-204 (*En rura iussis prona uertuntur tuis, / Crudele sceptrum ni tamen mollis, caue*) Cf. Frei Amador Arrais, *Diálogos* (Lisboa 1981) “Diálogo V”, cap. I 140: “Tira o tirano aos seus a liberdade, e a si a seguridade, e a êles e a si o repouso. E muitas vezes despoja das riquezas aos que devêra manter, e enriquece aos que devêra despojar. Teme aquêles de que se houvera de fiar, e fia-se dos que se houvera de guardar. Faz injúrias aos bons, e mercês aos máus. Aos inimigos tem por amigos, e aos amigos por inimigos. Vive com temor e turbação do ânimo, nenhum manjar comem sem suspeita, e nenhum sono dormem sem espanto, moram em casas fundadas sôbre areia, têm a cama entre espinhas, e o assento entre barrancos. Finalmente aonde quer que vão, e aonde quer que estão, onde quer que dormem, e em todo o tempo que vivem, está dependurada sôbre sua cerviz, a espada que mostrou Dionísio ao amigo que de suas riquezas e prosperidade se maravilhava. Tirano era Dionísio com saber quão grande perigo era sê-lo. Forçado é que tema a muitos, aquêles a quem muitos temem.”; e cap. II 148: “Não há animal mais peçonhento que o juiz injusto, e o Rei tirano, cujos ouvidos andam desamparados da verdade, e cujo coração está sempre acompanhado de sobressaltos, dos quais nunca vive isenta a consciência daqueles que não fazem o que devem.”

<sup>52</sup> *Ger.* 225-230: *Praefectus. 1.º: Facile rebelles dextra uictoris praemit. / Praefectus. 2.º: Difficile longo tempore tyrannus ualet. / Praefectus. 1.º: Est obsequendum Regis imperio tamen. / Praefectus. 2.º: Est obsequendum: iure quod fiat tamen. / Praefectus. 1.º: Ius est tributum Regio sumptu dari. / Praefectus. 2.º: Iniuria est, aequum quod excedat peti.*

tânia oprimida e do exílio dos pastores<sup>53</sup>; a figuração do medo de Gérion que revela uma imagem plástica do monstro<sup>54</sup>; a intimação para que sejam acatadas as ordens do tirano em matéria tributária<sup>55</sup>; a sujeição sarcasticamente forçada ao dever de fidelidade política<sup>56</sup>; os lamentos dos pastores repudiando a situação de roubo, pilhagens e morte<sup>57</sup>; a recorrência de imagens do passado, associado à paz bucólica, em contraposição ao presente vinculado à guerra e à destruição<sup>58</sup>; e a reiteração da necessidade de uma solução radical provinda da esfera mítica para anular a prevalência do mal<sup>59</sup>.

Este conjunto, marcadamente negativo quanto à avaliação do poder de Gérion, concentra-se sobretudo no Acto I, que estruturalmente funciona como núcleo de significação da tirania, por contraponto com o acto III, exclusivamente produtor de sentido libertário e festivo.

Quanto ao Acto II, começa com a caracterização do Hércules soteriológico, para dar sequência à carga profética e oracular que tinha esboçado as expectativas anteriores à intervenção do Sacerdote de Marte. Hércules vem investido de um passado de matador de monstros e de uma invencibilidade proverbial. Representa a força capaz de superar aquela que governa os Lusitanos. Para a construção dos planos comparativos entre as forças em confronto, o episódio dos Pigmeus valoriza a acção do herói, na dicotomia gigantismo/nanismo. Para marcar simbolicamente o vector da libertação, Hércules necessita de uma contraposição signifi-

---

<sup>53</sup> *Ger.* 10-14, 127-130, 137, 145, 232, 246-247. Recupera-se a temática do abandono das terras e da conseqüente perda da liberdade que se havia tornado tópico por excelência da poética bucólica de registo virgiliano (éclogas I e IX).

<sup>54</sup> *Ger.* 249-252.

<sup>55</sup> *Ger.* 257-263: *Praefectus. 1.º: Tributa ruris sunt cultori: oleum, / Frumenta, uinum, poma, perdices, lepus, / Porcellus, anser, haedus, eximiae sues, / Agni, recentes casei, pernae suum, Gallinae in primis; Magistri gregis, oves / Armentaue dabunt pinguis; et nitidas boues: / Haec sunt uectigalia, hoc leges iubent.*

<sup>56</sup> *Ger.* 254-255. *Corydon: Seruare fidem, qui iubet, seruet prius./ Praefectus. 1.º: Vt lepidus est barbarus! Vt argutat mimis?/ Parere Regi disce, et imperium pati.*

<sup>57</sup> *Ger.* 116-126, 155-168, 265-275

<sup>58</sup> *Ger.* 265-275.

<sup>59</sup> *Ger.* 25-27, 149-150 e 279-288.

cativa que aparece codificada na representação dos usurpadores Gérion e Pigeus.

O modelo inclui um vector interpretativo que reflecte a posição que deve ser adoptada para combater o tirano usurpador. Com a finalidade de dar expressão a qualquer situação política idêntica, a forma como Hércules é tratado e as associações criadas conduzem à conclusão de que se deve agir com cautela, mesmo que isso implique não desvalorizar o inimigo, seja em função da sua dimensão ou das forças que o suportam, seja pela facilidade com que é vencido numa primeira batalha. O tirano e seus sequazes podem, em qualquer momento, pôr em prática tácticas de ilusão da sua força real e atribuir premeditadamente uma vantagem guerreira. Quando se trata de avaliar os contextos de guerra é necessário saber separar o essencial do acessório.

Hércules entende claramente esse factor quando o seu Campo anuncia a glória que lhe advirá da vitória sobre Gérion. A esse entendimento acresce a consciência da dimensão histórica que a solução tiranocida representa: a garantia da paz e da liberdade, do respeito pela tradição histórica que Coimbra inscreve nos seus monumentos e na representação memorial de salvaguarda dos feitos de Hércules, instauradores de um novo regime e de uma ordem política e social que deverá prevalecer para sempre<sup>60</sup>.

As notações cénicas que intensificam a componente predominante da peça têm como função: reiterar a situação vigente e a esperança de libertação; anunciar a chegada de Hércules; organizar o festival dos rios e das águas em honra do herói; reportar o canto dos pastores exultantes pela transformação que se estava a operar; descrever a luta de Hércules contra Gérion; indicar a entrada do coro dos Sacerdotes Sális que lamentam a morte de Gérion; e as acções que, particularmente no último acto da peça,

---

<sup>60</sup> *Ger.* 1028-1036: *Aurea turrigero conuerte huc moenia cliuo / Alcidae monumentum ingens Conimbrica: regno / Surgit honos, nomenque tuo; cerne alta priorum / Tecta ducum, comitumque domos; regumque columnas / Hic ubi sidereus stellato ex fonte liquores / Monda trahit leibusque tibi proludit in undis, / Stat decus omne tuum, series longissima rerum. / Mille tibi Alcides titulos, mille ordine ponet / Sceptra manu, mille insigni de marmore uultus.*

traduzem a celebração da vitória, incluindo o castigo infligido à cabeça degolada de Gérion e a apoteose final de Hércules.

Fica assim completo o processo de intensificação do sentido atribuído ao trabalho de Hércules em solo lusitano. No Prólogo, o diálogo entre a Tirania e o Mondego havia transmitido a primeira das razões que justificavam a resolução do problema criado com a usurpação de Gérion. Não se falava dos anteriores senhores do território, não se referia se houvesse ou não batalhas entre exércitos e quem os tinha comandado. Também o Mondego se quedara pelo simples anúncio da chegada de Hércules vingador, sem enunciar propriamente um processo que conferisse legitimidade institucional a tal estatuto.

Se parte do pensamento político sobre a temática do tiranicídio defendia a escrupulosa observação de normas com vista à deposição pela força de tiranos como o que Gérion representa, o certo é que não identificamos no texto da écloga qualquer estrutura organizada de cariz popular que intente uma acção para o depor. Além do descontentamento, persistentemente declarado ao longo dos Actos I e II, apenas a afirmação do Campo de Hércules (*Parere nullus didicit inuitus diu*)<sup>61</sup> remete para a inevitabilidade da revolta, pois não é garantida a obediência forçada por longo tempo. Ela sustenta a crença de que, caso não estivesse garantida a vitória de Hércules, havia a possibilidade da aplicação do direito de desobediência popular ou de tomada de armas contra o tirano.

Parece que, se apartarmos uma interpretação simplificada na ordem da reescrita do mito de Hércules/Gérion, Lucas Pereira terá entendimento próprio acerca da legitimidade que deve assistir a quem compete decidir o fim dos regimes tirânicos. O processo deve, nesse caso, remeter para a conjugação entre o sofrimento do povo e a sua legítima insatisfação e o desejo de mudança, por substituição violenta, e o interesse de um valor mais elevado, mas alinhado com a ordem temporal do devir histórico como expressão da vontade divina<sup>62</sup>. Se este processo fosse

---

<sup>61</sup> Ger. 199.

<sup>62</sup> Ger. 25-26. Este tipo de enquadramento argumentativo sobre a legitimação do tiranicídio vem reforçado mais adiante, aquando do anúncio da chegada de

inviável, haveria ainda a hipótese de deixar degradar o regime até ao ponto de provocar a desobediência civil<sup>63</sup>.

O mito da tirania debelada violentamente por um herói externo, mas legitimado pelo seu esforço em prol da humanidade e do bem comum<sup>64</sup>, deriva de uma teia de factores que conjugam interesses populares, sobretudo representados pelos pastores e pelo vaqueiro Menalcas, com o intento universal de organização das sociedades, mediante a expulsão daqueles que as oprimem.

Da complexidade das justificações, emerge aquela que nos parece inteiramente inscrita para impressionar os espectadores. Referimo-nos ao eixo temporal que marca a vinculação da temática ao passado mítico e, nesse sentido, à reescrita sempre actualizável da fábula fundadora do processo civilizacional de um Hércules construtor de um mundo novo, à imagem do sonho grego apresentado ao longínquo Ocidente.

A esta primordial acção de combate ao caos e à ausência de *nomos* legítimo (Gérion e as suas acções e os Pigmeus representam essa ausência) sucede de imediato a ligação ao espaço académico de Coimbra, associado à festa e à libertação, cruzando-se a justificação do tiranicídio da fábula mítica com a sua própria representação em presença de um público que deve aceitar, aplaudindo, a coincidência de haver festa, por causa da celebração de encerramento do ano escolar, porque a cidade, miticamente ligada a Hércules<sup>65</sup>, merecia celebrar o labor de um dos seus

---

Hércules, já no corpo da acção, pela personagem Monte Hermínio, na declaração de que os Faunos Nubígenas e Nereu lhe haviam contado os presságios sobre os destinos dos pastores das margens do Mondego (*Ger.* 279-288), precisamente os mesmos que já antes tinham experimentado a ilusão da libertação da Lusitânia (*Ger.* 146-147).

<sup>63</sup> Para desenvolvimento desta problemática, vide Harro Höpfl, *Jesuit Political Thought*: 314 e ss; e Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 220-223; 251-256; 267-274; 294-298; 319-332 e 418-480 e 512-523.

<sup>64</sup> Cf. G. K. Galinsky, *The Herakles theme: the adaptations of the hero in literature from Homer to the twentieth century* (Totowa 1972) 57 e ss.

<sup>65</sup> Existem vários exemplos na literatura neolatina. António Cabedo refere as “*celsas, ingens opus, Herculis arces*” no seu “*De Conimbrica. Epigramma*” e Duarte de Sande menciona a “*Vrbs ergo Conimbriga uetustate in primis est nobilis, cum eius primam molitionem ciues ad ipsum Herculem refereant*”. Vd. A. Costa Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal* (Coimbra 1985) 184-185; e id. “Nótula sobre o brasão de Coimbra”, *Para a História do Humanismo em Portugal III* (Lisboa 1998)

mais importantes centros de actividade, e porque Hércules simbolizava a feliz associação entre o passado, o presente e o futuro.

Para o conjunto, a simples acção de eliminação do factor de caos põe termo a todas as anomias estabelecidas em tempos imemoriais, cuja supressão não estava ainda definitivamente garantida. Nesse sentido, os exemplos das fábulas míticas e da história deveriam servir aos estudantes e aos representantes das classes sociais como avisos, precisamente na esteira dos avisos formulados pelo Prefeito de Gérion e, de forma jocosa e rebelde, pelo vaqueiro Menalcas.

Tais avisos sobre o perigo de aceitação da tirania e dos desmandos de qualquer tirano são sobretudo aplicáveis ao território ou à realidade portuguesa. Os índices de análise lexical e semântica permitem concluir que, à parte as referidas alusões à Hespéria<sup>66</sup>, sempre entendida como realidade ambivalente, o que prevalece é uma construção de sentido que tende para a caracterização de um espaço político português prefigurado na Lusitânia, entre os rios Minho e Guadiana (exceptuando a referência fugaz ao Guadalquivir<sup>67</sup>, com intenção provável de estabelecer ligação à tradição mítica que associa os reinos de Gérion a Cádiz e à luta contra Hércules; ou, se se quiser, com a intenção de voltar a iludir os potenciais espectadores castelhanos que estariam a assistir à representação).

Ao já aludido uso do inglês pela personagem Tirania, remetendo possivelmente para um qualquer tipo de advertência sobre as intenções políticas e religiosas relacionadas com a influência anglicana, não deve deixar de ser associada a polémica sobre a expulsão dos Jesuítas, em resultado das incompatibilidades surgidas entre Jaime I e os Católicos<sup>68</sup>.

---

123. Inácio de Moraes adapta, no *Conimbricæ Encomium* (1553), a história mítica sobre Hércules e Pirene. Vd. Aires Pereira Couto, "O Poema *Punica* de Sílio Itálico, fonte do *Conimbricæ encomium* de Inácio de Moraes", *De Augusto a Adriano. Actas de Colóquio de Literatura Latina*, (Lisboa, 2000. Novembro. 29-30), (Lisboa 2002) 231-244.

<sup>66</sup> *Ger.* 11, 170, 456 e 501.

<sup>67</sup> *Ger.* 170.

<sup>68</sup> Entre as obras publicadas no âmbito desta polémica, estão, por exemplo, a obra anónima contra a Cúria Romana, intitulada *Triplici nodo, triplex cuneus, sive Apologia pro iuramento fidelitatis adversus duo brevia P. Pauli Quinti...* (Londini

No âmago da polémica, encontra-se a avaliação do poder temporal do Papa, nomeadamente a defesa do princípio de que podia, no exercício desse poder, se bem que em situações muito particulares, entender tomar as medidas mais convenientes para corrigir os príncipes que não acautelavam as almas de Deus<sup>69</sup>. Para o monarca britânico, esta defesa da potestade papal era absolutamente inadmissível.

No seu todo e com o aparecimento e a publicação do conjunto teórico e argumentativo acerca desta matéria, os círculos ligados ao poder beneficiaram de um conjunto importante de textos que esclareciam as posições dos antagonistas e enriqueciam o debate sobre a legitimidade do poder do Papa e dos príncipes, a dependência desses poderes e sobretudo a ruptura que era cada vez mais evidente entre Roma e todos os que se lhe opunham, particularmente na questão da integridade e salvaguarda do poder temporal face à sobreposição divina.

Esta querela teve a maior importância para o desenvolvimento das teorias sobre a justificação do tiranicídio, uma vez que para ambas as facções havia que se saber com que princípios de orientação um cidadão ou um conjunto de cidadãos deveriam munir-se, para lidarem com o quotidiano do poder ou com as instituições que o estruturam, em cujo vértice podia perfeitamente estar um tirano.

Se transferirmos esta questão para a *Écloga Gérion*, verificaremos que a Tirania “inglesa” pode perfeitamente pensar em apoiar os mais cruéis tiranos, porque gozam de um poder que os legitima, tal como reconhece o próprio Gérion acerca do seu poder. Nenhuma força superior parece questionar tal autoridade, se bem que não possamos esquecer que, na ruptura temporal entre a expressão em inglês da alegoria e a fábula de

---

1607); a resposta do cardeal Belarmino, *Responsio Matthaei Torti presbyteri, et theologi Papiensis, ad librum inscriptum, Triplici nodo triplex cuneus...* (Coloniae 1608); a consequente réplica do monarca inglês, denominada *Apologia pro iuramento fidelitatis...* (Londini 1609); e a contra-réplica de Belarmino, no seu famoso *Tractatus de potestate summi pontificis in rebus temporalibus...* (Romae 1610).

<sup>69</sup> Para desenvolvimento desta questão em Belarmino, vd. Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 541-543.



Hércules<sup>70</sup>, se estabelece o nexa com a própria ruptura do presente, entre o inesperado medo a um tradicional aliado de Portugal e o culto do mito libertador de Hércules, erigido a herói de cunho sebastianista.

Na lógica da justificação mítica, Hércules pode muito bem vir ao encontro dos povos oprimidos, não só porque faz parte da sua natureza vir libertá-los, mas, fundamentalmente, porque um destino maior o levou a executar um conjunto de trabalhos, entre os quais se encontrava o embate contra Gérion.

O pendora justificativo fundamenta-se igualmente na ideia de que se deve conciliar, mesmo em tirania, o direito do rei determinar o quadro legal com a obrigação de fidelidade dos súbditos ao poder instituído, de forma a não ferir os princípios da justiça e da equidade natural. É este sobretudo o âmago do debate entre os dois prefeitos de Gérion<sup>71</sup>. O argumento apresentado pelo 2º Prefeito parece condizer com a acepção genérica de que o tirano não podia garantir uma prolongada permanência no poder (*Difícilmente, por longo tempo, prevalece o tirano*)<sup>72</sup>.

Os Jesuítas até podiam subscrever esta opinião, ainda para mais emitida pelo mais conciliador dos prefeitos de Gérion, mas, na realidade estavam a arriscar uma interpretação de pendora aristotélico, pelo menos

---

<sup>70</sup> Os Jesuítas costumavam usar o mito de Hércules como paradigma da ‘virtude’ ao serviço do projecto de defesa dos imperativos contra-reformistas. Na peça *Ignatius arma mutans* (Roma 1622), de Vincenzo Guinigi, levada à cena na celebração da canonização de Inácio de Loyola, Hércules assumia a função de lutador moderno contra os quatro monstros do Ateísmo, da Idolatria, da Heresia e da Impiedade. Cf. William H. McCabe, *An Introduction to the Jesuit theater* (St. Louis 1983) 58. Esta vertente de valorização positiva de Hércules inseria-se numa tradição reportada a Pródico de Ceos (séc. V a. C.) na parábola “A Escolha de Hércules” ou “Hércules na Encruzilhada”, referenciada em Xenofonte (*Memorabilia*, II. I. 21-34), mas popularizada nas versões latinas “*Hercules Prodicus*”, “*Hercules in Bivio*” e “*Bivium virtutis et vitii*”, em que é colocada ao herói a opção entre a Virtude e o Vício, na escolha entre duas belas mulheres. A escolha da mulher que simboliza a Virtude representa, na evolução do mito, uma aquisição positiva de cunho ético e antropológico. Cf. André Stegmann, *L'héroïsme cornélien* : 669-679 e remissão para peças subordinadas ao tema de Hércules, nas quais também está presente a reprodução do modelo *in bivio*: *Comoedia Hercules* (Billom, 1558), *Hercules* (Messina, 1562), *Hercules in bivio* (Nápoles, 1575), *Hercules* (Dillingen, 1596).

<sup>71</sup> *Ger.* 219-232.

<sup>72</sup> *Ger.* 199.

na verificação de que muitos tiranos haviam sido derrubados tão violentamente como tinham chegado a essa posição e de que não teriam sido muitos os que, por muito tempo, puderam usufruir desse estatuto.

Podemos verificar, a este propósito, que logo no início da peça e no âmbito do debate argumentativo de natureza política sobre os limites do poder do tirano, é apresentada uma hipótese de conciliação entre as causas que podem provocar a sua perdição e aquelas que permitiriam a sua sobrevivência, caso pudesse acertar a sua determinação com os interesses dos governados, nomeadamente quanto ao dever de obediência e ao princípio da justiça.

Se Gérion seguisse os argumentos do seu 2º Prefeito não teria provocado tanto sofrimento, tanta morte e tão grandes sacrifícios para poder ver pagos os tributos que instituía. Com a perspectiva do 1º Prefeito, Gérion mantém-se caracterizado politicamente como tinha entrado nos territórios da Lusitânia, arriscando o confronto fatal com Hércules.

A disputa entre os dois prefeitos vem reavivar o “*caue*”<sup>73</sup>, anteriormente atirado pelo Campo de Hércules a Gérion, quando este persistia na sua forma de governo, recusando facilidades e reduzindo a questão da eficácia do poder à simples aplicação da estratégia do medo. A personagem adjuvante de Hércules tivera já a oportunidade de colocar a hipótese de o Alcida vir a resolver os problemas dos pastores que questionavam se ainda haveria alguma esperança de liberdade<sup>74</sup>. Tanto nos dois primeiros casos, onde há intramuros um sério aviso no sentido de alertar o tirano para a inaparente fragilidade do seu sistema, como nesta hipótese, levantada pelo Campo de Hércules aos pastores Amintas e Palémon, assistimos à lenta e sustentada construção do enquadramento argumentativo de legitimação do tiranicídio.

Por um lado, o argumento do sofrimento do povo, quase que levado à exaustão a sonhar com a liberdade perdida ou a desesperar na solução do exílio, cativa pela força do lamento e de toda a imagística relacionada com o espectro da morte e com a destruição dos campos.

---

<sup>73</sup> *Ger.* 204.

<sup>74</sup> *Ger.* 146-150.

De outra parte, os argumentos lógicos construídos ao nível de personagens mais conhecedoras dos processos internos de evolução dos poderes (Campo de Hércules, no diálogo com Gérion, e 2º Prefeito, ao esgrimir argumentos com o seu interlocutor do mesmo ofício), chamam a atenção para os limites da obediência ao tirano, para a necessidade de se observar a justiça e a equidade, e, fundamentalmente, para a sua própria sobrevivência.

O interesse deste debate reside, além do mais, na capacidade de criar, no quadro político de suporte da tirania de Gérion, as condições para a sua salvação ou perdição. Venceu a que conduzia à perdição, mas inscreveu no eixo dos vencidos uma meditação sobre a possibilidade de regeneração que vimos ser de travo aristotélico, embora para o cristão Lucas Pereira acreditamos reflectir também a crença Paulina no desígnio divino, resolvido na aplicação do princípio da não resistência<sup>75</sup>.

Em toda a peça é a única alusão à possibilidade de não se caminhar para uma morte certa por causa dos desmandos de Gérion. Em certo sentido, encontramos uma reflexão sobre os limites do poder político que contraria a ideia de que os Jesuítas eram instigadores de tiranicidas. Não é possível excluir a quase totalidade da argumentação em favor da morte de Gérion. Não podemos deixar de pensar que, apesar daquela breve menção aos limites e aos perigos de uma governação intensamente despótica, Lucas Pereira, em boa verdade, terá pretendido fabular sobre as causas que conduziam ao tiranicídio.

A peça, embora não tenha objectivo historiográfico, não se isenta de contribuir para acrescentar à visão da História pormenores ou sentidos que circulavam nos ambientes académicos, nos círculos de intelectuais ou nas escalas sociais onde, eventualmente, se confrontavam questões acerca do melhor ou do pior dos regimes políticos<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> Rom., XIII.

<sup>76</sup> Francisco Suárez foi, por exemplo, professor em Coimbra. No ano seguinte ao da representação da *Écloga Gérion*, publicou uma das suas obras mais importantes (*Defensio Fidei*), onde admite o tiranicídio no caso da tirania por usurpação. Cf. Pedro Calafate, “A Ideia de Soberania de Francisco Suárez”: *Francisco Suárez (1548-1617)*.

Para além disso, a *Écloga Gérion* constitui um interessante documento estético de época sobre problemáticas que povoam o imaginário dos povos, entre as quais está certamente o tema maior da segurança. Questões como a legitimidade de quem confere e garante essa segurança, particularmente no quadro da associação étnica a que pertencem os povos, e o direito de liberdade política sobre a aceitação ou recusa de regimes como a tirania justificam a pertinência dos tópicos insertos na acção da écloga.

O Hércules efabulado na *Écloga Gérion* condiz, em parte, com as posições de teóricos políticos jesuítas sobre a legitimidade do tiranicídio. Vimos que, na estrutura da peça, as fases por que passam os principais contextos remetem para a necessidade de extirpar o tirano da Lusitânia e que o terceiro dos três actos é inteiramente destinado à celebração da vitória. Haverá maior louvor, maior gáudio, mais excelente proclamação do tiranicídio em contexto pátrio? Embora com treze anos passados depois da publicação do *De Rege* de Juan de Mariana, que dizer de uma peça que podia perfeitamente concitar as acusações anti-hispanistas que moviam uma boa parte da Europa contra os Jesuítas? Em 1612, aquela mesma Europa podia continuar a vituperar o magistério jesuíta ibérico assente em fábulas conferentes de sentimentos anti-tirânicos de cunho tiranicida? Só uma artimanha literária podia esconder, disseminando sentidos, o que na realidade acontecia com esta peça representada praticamente a meio do tempo de duração da união dinástica.

Talvez se tenha que recorrer a várias explicações para enquadrar a escolha do tema do décimo trabalho de Hércules aplicado à situação vivida em Portugal no início do séc. XVII. Isto se, evidentemente, não enjeitarmos a interpretação, igualmente plausível e não menos importante, de que tudo não terá passado de um jogo literário. O autor poderia ter desejado surpreender os espectadores com uma fábula levada à cena, onde terá pretendido ver espelhado, no dia festivo de encerramento do

---

*Tradição e Modernidade* (Lisboa 1999) 262-263; e Mario Turchetti, *Tyrannie et tyrannicide*: 549-552.

ano escolar, um mito fundacional, embutindo uma imagem bucólica<sup>77</sup> de um Portugal tradicionalmente insatisfeito e povoado de medos irracionais.

Por mais que inquiramos as intencionalidades subjacentes, a interpretação dos motivos, temas e assuntos pode apenas sofrer um tratamento literário, independente da obsessão por indagar essas intencionalidades. O que ocorreu na mente do autor, especialmente quando se trata de um jesuíta tão desconhecido como Lucas Pereira, torna a obra mais apetível para o trabalho de esclarecimento das suas ambiguidades. Acreditamos, porém, que os vectores de interpretação que apresentámos comprovam que, à parte aquela convicta atribuição de uma genuína função efabulatória ao autor, o texto, uma vez experimentado esteticamente pelos destinatários, ganha contornos polissémicos, impossíveis de ser ignorados.

Neste caso concreto, parece que podemos identificar a justificação do tiranicídio como expressão do processo de tematização da écloga, no âmbito da qual identificámos para análise tópicos como: a necessidade de regulação do devir histórico, com Hércules a assumir a função soteriológica de libertação das sociedades impedidas de promoverem o seu próprio modelo de evolução política; a importância atribuída aos processos de mitificação dos actos heróicos conducentes àquele tipo de regulação; a prescrição de limites para o exercício do poder, com a apre-

---

<sup>77</sup> Estamos em presença de uma écloga dramática renascentista, género misto que foi também cultivado nos colégios dos Jesuítas, na sequência de uma tradição literária que remonta ao Renascimento italiano e que teve grande divulgação e aceitação em toda a Europa. No caso português, o teatro neolatino dos Jesuítas regista algumas éclogas de qualidade inegável e de fontes de inspiração heterogéneas. Cf. Claude-Henri Frèches, *Le théâtre néo-latin au Portugal*: 497: “Voué à la secularization, malgré les triomphes ou les apotheoses, le drame néo-latin s’insère donc en un temps et en un lieu spécifiquement portugais. De la sorte, sans violence, puisqu’il s’agit en l’espèce de fantaisies agrestes, il s’abreuve aux sources péninsulaires de l’églogue. (...) L’églogue dramatique, peu vigoureuse en soi, réclame du public une complicité passablement sophistiquée. Nos auteurs renoncent donc à y trouver d’autre matière qu’à symboles ou allégories, d’autre intérêt qu’à produire sans arrière pensée les exercices délicats du ballet et du chant, dont les Cours Européennes sont alors gourmandes, mais que la soumission du Portugal à l’Espagne écarte les palais lisboètes.”

sentação de advertências quanto ao carácter precível da tirania; a simbologia da vitória, glorificada na apoteose do herói, com o objectivo de demonstrar que os povos libertados das tiranias que os oprimiram experimentam uma profunda alegria, integrando o libertador, mesmo que externo à lógica sucessória.

Conglomerando estas vias de interpretação e a consequente reflexão sobre os contextos geradores de significação, no sentido de analisar a temática política da écloga em função da situação político-religiosa ibérica e europeia, estritamente limitada à justificação do tiranicídio, considerámos ser admissível sugerir a sua aplicação à Lusitânia (identificada com Portugal), triplamente ameaçada por leões (Castela), leopardos (Inglaterra) e Pigmeus (aliados internos da União Ibérica).

A forma como se processa e os níveis a que se sujeita todo o encaideamento dos elementos que concorrem para tal justificação fazem desta peça uma obra importante para a consideração da temática política no teatro escolar dos Jesuítas e, em termos gerais, para a produção neolatina renascentista.

\* \* \* \* \*

**Resumo:** Lucas Pereira escreveu uma égloga dramática para ser representada nas cerimónias de encerramento do ano escolar no Colégio de Coimbra, no ano de 1612. A matéria escolhida foi o décimo trabalho de Hércules contra o triforme Gérior, o monstro que a tradição situava no sudoeste da Península Ibérica. Nesta adaptação do mito, o autor opta por centrar na Lusitânia a acção tiranicida de Hércules que bate o adversário em combate singular numa colina perto de Coimbra. Pretendemos demonstrar que uma das intencionalidades da peça reside na apresentação de uma teoria de legitimação do tiranicídio, praticado contra o tirano usurpador, cuja aparência tripla podia representar os inimigos de Portugal, no início de séc. XVII: leões (Castela), leopardos (Inglaterra) e Pigmeus (aliados internos da União Ibérica).

**Palavras-chave:** Tiranicídio; Lucas Pereira; Hércules; Gérior; Lusitânia; Teatro Neolatino; Égloga Dramática; Jesuítas.

**Resumen:** Lucas Pereira escribió una égloga dramática para que fuera representada en las ceremonias de clausura del año escolar en el Colegio de Coimbra, en el año 1612. La materia escogida fue el décimo trabajo de Hércules, contra el triforme Gerión, el monstruo que situaba la tradición en el suroeste de la Península Ibérica. En esta adaptación del mito, el autor opta por central en Lusitania la acción tiranicida de Hércules, que bate a su adversario en combate singular en una colina cerca de Coimbra. Intentamos demostrar que una de las intenciones de la pieza reside en la presentación de una teoría legitimadora del tiranicidio, practicado contra el tirano usurpador, cuya apariencia tríplice podría representar los enemigos de Portugal a comienzos del siglo XVII: leones (Castilla), leopardos (Inglaterra) y pigmeos (aliados internos de la Unión Ibérica).

**Palabras clave:** Tiranicidio; Lucas Pereira; Hércules; Gerión; Lusitania; Teatro Neolatino; Égloga Dramática; Jesuitas.

**Résumé:** Lucas Pereira a écrit une églogue dramatique pour être mise en scène lors des cérémonies de fin d'année scolaire au Collège de Coimbra, en 1612. Le sujet choisi a été le dixième travail d'Hercules contre le triforme Gérior, le monstre que la tradition plaçait dans le sud-ouest de la Péninsule Ibérique. Dans cette adaptation du mythe, l'auteur décide de situer l'action tyrannicide d'Hercules en Lusitanie, et lui fait vaincre l'adversaire lors d'un combat singulier sur une colline près de Coimbra. Nous voulons démontrer qu'un des propos de la pièce se trouve dans la présentation d'une théorie de légitimation du tyrannicide, pratiqué contre le tyran usurpateur, dont la triple apparence pouvait représenter les ennemis du Portugal, au début du XVII<sup>e</sup>

siècle: les lions (Castille), les léopards (Angleterre) et les Pygmées (alliés internes de l'Union Ibérique).

**Mots-clé:** Tyrannicide; Lucas Pereira; Hercules; Gérion; Lusitanie; Théâtre Néo-latin; Eglogue dramatique; Jésuites.